



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI  
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

## **DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO , JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PARECER N° 40/2025**

**PROJETO DE LEI N° 34/2025**

**Origem:** Poder Legislativo Municipal

**Ementa:** Dispõe sobre a criação no âmbito do município de Cuitegi-PB, o programa Parlamento Jovem Cuitegiense e dá outras providências

**RELATOR:** Ver. Marlison Alexandre dos Santos

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 034/2025 de autoria do vereador **Marlison Alexandre dos Santos**, que **dispõe sobre a criação do Parlamento Jovem Cuitegiense e dá outras providências**. A proposição tem como objetivo principal instituir, no âmbito do Município de Cuitegi, um programa de caráter educativo e participativo, voltado à formação cidadã e política dos estudantes do ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto da rede privada de ensino.

O projeto estabelece que o Parlamento Jovem Cuitegiense será composto por estudantes regularmente matriculados, observando-se critérios de elegibilidade que incluem idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, frequência escolar mínima de 85% e boa conduta estudantil. A escolha dos representantes ocorrerá mediante eleições diretas e secretas nas próprias escolas, com a formação de chapas internas, promovendo o exercício democrático e o mérito escolar como critérios de seleção quando o número de candidatos exceder o limite de vagas.

O texto prevê, ainda, a garantia de proporcionalidade entre os sexos, determinando a reserva mínima de 30% para cada gênero, bem como a correspondência entre o número de parlamentares jovens e o número constitucional de vereadores do Município de Cuitegi. Determina-se, também, que cada vereador deverá apadrinhar um parlamentar jovem, auxiliando-o nas atividades legislativas, em



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI  
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

conjunto com um professor tutor indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, o Projeto de Lei busca promover a integração entre o Poder Legislativo e a comunidade escolar, despertando nos jovens valores de cidadania, ética e compromisso com o interesse público, além de contribuir para o fortalecimento da democracia e da educação política no Município.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

### **a) Da Constituição Federal**

Nos termos do art. 30 da Carta Constitucional, assegura aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui:

Art.30 da Constituição Federal,

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

### **b) Da Legislação Municipal**

Segundo a Constituição Municipal de Cuitegi, a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 12:

Art. 12. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município (...).

### **c) Competência Legislativa**

A Lei Orgânica do Município também faz referência, em seu Art 28, entre outras funções destaque o inciso IV:

*Art. 28. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:*

*I - Emendas à Lei Orgânica Municipal;*



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI  
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

*II - Leis complementares;*

*III - Leis ordinárias;*

*IV - Decretos legislativos;*

*V - Resoluções.*

### **III– CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E FORMA**

O Projeto de Lei nº 034/2025 atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, e formalidade de acordo com as normas constitucionais e a Lei Complementar Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, pois estão materialmente e formalmente constitucionais aos olhos deste relator.

### **IV– CONCLUSÃO E VOTO**

Diante do exposto, com base em todas as bases constitucionais já citadas, e Lei Orgânica do Município, opino pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE do Projeto de Lei nº 034/2025.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2025.

---

**Ver. Marlison Alexandre dos Santos,**  
**Relator e Presidente**